

## O ENFOQUE DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Mateus Martins Viudes<sup>1</sup>  
André Cristovão Sousa<sup>2</sup>  
Luan Felipe Momo<sup>3</sup>  
Simone Nogueira de Lima<sup>4</sup>  
Sérgio Felipe Abreu de Britto Bastos<sup>5</sup>  
Julia Maria Fernanda Machado Fernandes<sup>6</sup>  
Giuliana Loffredo Gutierrez<sup>7</sup>  
Camila de Souza Melo<sup>8</sup>  
Elizete Jankoski Nogatz<sup>9</sup>

**RESUMO:** A presente pesquisa teve como objetivo quantificar pesquisas brasileiras que discorrem a respeito do autismo e da educação. Diante do crescente interesse e reconhecimento das necessidades específicas de indivíduos no espectro do autismo, bem como da importância da educação inclusiva, esta análise busca lançar luz sobre o panorama atual da produção científica brasileira nesse domínio. A pesquisa foi realizada no SciELO, e encontrou 113 trabalhos dos quais são apresentadas ponderações à luz de suas publicações. Evidenciou-se que ao longo dos anos houve uma evolução de pesquisas que abrangem a temática do espectro autismo. E, espera-se que este estudo contribua para a compreensão do desenvolvimento da pesquisa sobre autismo e educação no contexto brasileiro.

5049

**Palavras-chave:** Educação. Educação Inclusiva. Espectro Autismo.

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente da Educação Básica.

<sup>2</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo (FEUC).

<sup>3</sup> Mestre em Educação (Proformat) Universidade Federal do Acre. Professor da Educação Básica.

<sup>4</sup> Especialista em Educação Especial. Professora da Educação Básica.

<sup>5</sup> Doutorando em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG).

<sup>6</sup> Mestre em Ensino de História. Professora da Educação Básica.

<sup>7</sup> Mestre em Administração. Professora da Educação Básica.

<sup>8</sup> Especialista em Ensino de Língua Inglesa. Universidade Federal do Acre (UFAC). Professora da Educação Básica.

<sup>9</sup> Mestre em educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Professora da Educação Básica.

## INTRODUÇÃO

A crescente conscientização sobre as **necessidades especiais dos indivíduos** desse espectro levou a uma expansão significativa da pesquisa científica no Brasil. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é mensurar e analisar as conquistas científicas do Brasil que tratam da relação entre autismo e educação. Centrando-se na importância da educação inclusiva como pilar fundamental, esta análise visa fornecer uma compreensão abrangente do atual panorama de investigação nesta importante área.

No âmbito da Scientific Electronic Library Online (SciELO), o estudo revelou um significativo acervo de 113 obras, que serão examinadas detalhadamente neste estudo. O SciELO é conhecido por sua rica variedade de revistas científicas, fornecendo uma base analítica sólida que abrange uma ampla gama de pesquisas nas ciências sociais e da saúde.

Através da análise deste trabalho, ficou claro que as pesquisas dedicadas às questões do espectro do autismo evoluíram ao longo dos anos. Este desenvolvimento reflete não só um aumento no número, mas também uma melhoria e diversidade de métodos no campo científico. Portanto, este estudo tem como objetivo quantificar pesquisas brasileiras que discorrem a respeito do autismo e da educação.

Ao compartilhar essas considerações, esperamos não apenas contribuir para a compreensão do cenário científico atual, mas também inspirar e orientar pesquisas futuras. Acreditamos que este estudo fornecerá um recurso valioso para investigadores, educadores e profissionais à medida que melhoram as práticas inclusivas e promovem uma educação mais informada e sensível sobre o espectro do autismo no nosso país

### Contextualização histórica sobre o autismo e a educação no Brasil

Desde os primórdios da história da educação brasileira, nota-se que a mesma pouco oportunizou as singularidades dos alunos **portadores de necessidade especiais**. Na Antiguidade, as pessoas com deficiência eram exterminadas e por vários séculos elas não podiam usufruir do convívio social e inclusive de obter educação escolar devido suas limitações (Monteiro et al, 2016, p. 221). E, ainda ponderam que:

Ao longo de toda a história da humanidade os deficientes sempre fizeram partes de diversas civilizações e várias foram as atitudes tomadas pela sociedade para com as pessoas com deficiência. A história da deficiência registra a discriminação, mal tratos durante séculos. (Monteiro et al, 2016, p. 222).

Somente nas últimas décadas do século XX que os estudos sobre educação especial começaram a conquistar destaque, o que por sua vez deu origem a novas pesquisas e a práticas educacionais no Brasil.

Os anos de 1990 foram marcados como um ponto de partida, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, que estruturou em seus artigos meios para a propagação de uma educação inclusiva no Brasil. E, assim, no artigo 58, elenca as diretrizes para a inclusão nas escolas:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (Brasil, 1996).

A partir deste período, iniciou-se a consolidação de movimentos que defendiam a educação especial no Brasil e o reconhecimento efetivo das políticas de inclusão para **pessoas com necessidade especiais**. E, assim, essa fase histórica foi reconhecida pela conscientização e defesa pelos direitos desses indivíduos.

Em 2008, surge, então, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no país, com vistas no oferecimento de uma educação que atenda as singularidades de cada um, provendo então o respeito à diversidade e a inclusão dos **alunos portadores de necessidades especiais**. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos (Griboski, 2008, p. 9).

Em 2011, outro marco foi alcançado com a promulgação do decreto nº 7.611, que especifica o desenvolvimento de diretrizes para o atendimento educacional de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Assim, segue:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: § 1º Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. § 2º No caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observadas as diretrizes e princípios dispostos no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de

escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas: I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. § 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (Brasil, 2011)

Em 2014, foi estabelecido o Plano Nacional de Educação (PNE), que fortaleceu o compromisso com a inclusão educacional, contemplando objetivos específicos para atender estudantes com deficiência, inclusive os espectro autista. O Plano Nacional de Educação é uma política pública que garante às crianças com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação, o acesso e permanência à educação básica (Souza et al., 2023).

## METODOLOGIA

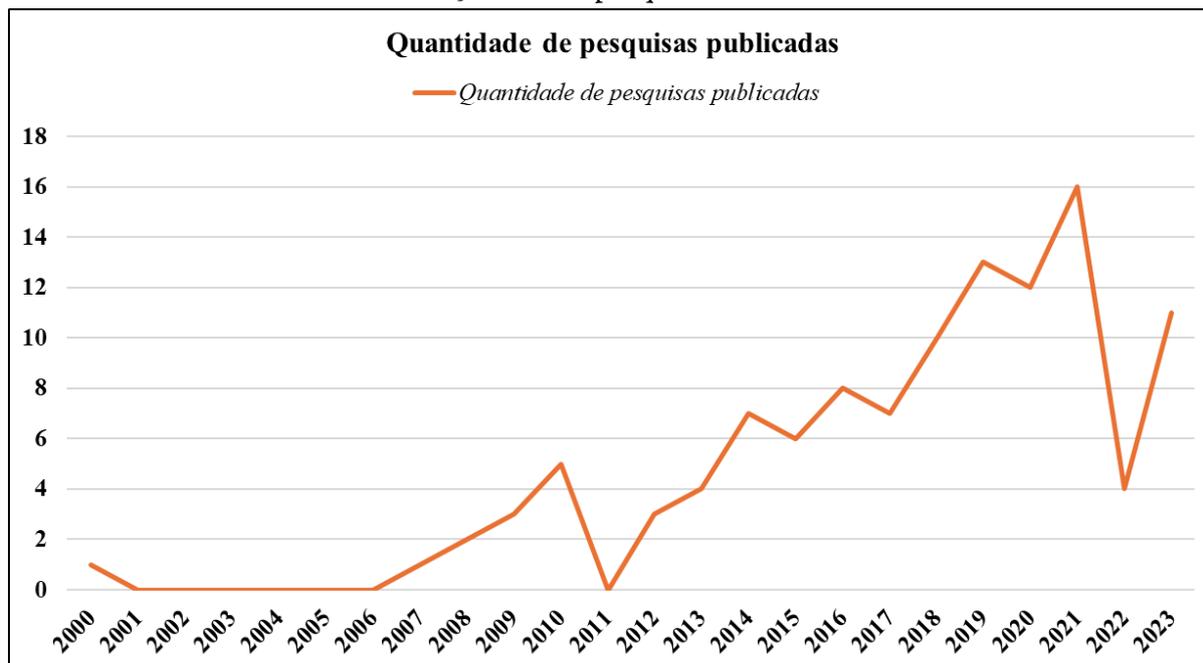
A metodologia empregada neste estudo visa quantificar e analisar as produções científicas brasileiras sobre educação e autismo. Dessa forma, utilizamos a plataforma SciELO para realizar a pesquisa, por meio dos seguintes descritores: "educação" e "autismo".

A escolha pelos descritores desta pesquisa justifica-se pelo interesse da temática selecionada, visando garantir uma abrangência significativa. Selecionou-se a base de dados SciELO, pois reúne pesquisas relevantes publicadas em diversos periódicos brasileiros.

Por meio da análise quantitativa foi possível encontrar 113 pesquisas que dialogam com a temática deste estudo, e esta análise foi essencial para a compreensão da distribuição temporal de pesquisas sobre o autismo ao longo dos anos.

O Gráfico 1 mostra uma percepção nítida e ampla sobre a evolução histórica de pesquisas sobre o autismo e a educação no Brasil entre os anos de 2000 a 2023. Os dados desta pesquisa coletados na SciELO geram compreensões valiosas sobre o autismo no Brasil. O eixo horizontal do gráfico representa os anos de referência, enquanto o eixo vertical indica o número de pesquisas identificadas.

**Gráfico 1-** Histórico e evolução das pesquisas entre os anos de 2000 a 2023



As informações contidas no Gráfico 1 revelam a quantidade de publicações de pesquisas sobre o autismo ao longo dos anos, datando-se como início o ano de 2000 e marcando com fim o ano de 2023. Esse marco histórico de publicações evidencia variações assumidas ao longo do tempo, ponderando eventuais mudanças de interesses em pesquisar essa temática (educação e espectro autismo).

Permanecendo nas discussões deste estudo, considera-se que nos anos 2000 houve uma ausência de pesquisas sobre o tema deste estudo. Porém, em 2007, surgiu um singelo interesse pela temática, sinalizando uma crescente valorização na academia brasileira em relação ao autismo e suas relações.

Os anos posteriores, até 2010, permaneceram apresentando aumentos constantes, apontando um amadurecimento no interesse por pesquisas nesta temática. Diante desses pressupostos, o ano de 2011 carece de uma maior atenção, haja vista, que não houve publicações neste ano, o mesmo cenário se repete também em 2015, anos marcados pela não existência de trabalhos sobre educação e autismo.

Somente, a partir do ano de 2016 que um novo começo desponta, onde datou-se como marco um aumento constante de publicações, atingindo picos marcantes entre os anos de 2018 e 2023. Esses picos, apontam desenvolvimentos relevantes no despertar de interesses por pesquisas sobre autismo e educação.

É muito importante ressaltar que a análise desses dados pode ser enriquecida por informações qualitativas como temas específicos de pesquisa, abordagens metodológicas e resultados alcançados. Além disso, as tendências observadas podem ser influenciadas por fatores externos, tais como mudanças na política de investigação, desenvolvimentos tecnológicos ou eventos sociais.

Em síntese, esses dados mostram a evolução do número de publicações sobre autismo no Brasil ao longo do tempo, destacando a crescente importância deste tema nas pesquisas acadêmicas. Este crescimento contínuo demonstra um compromisso crescente com a compreensão e abordagem das questões complexas que rodeiam o autismo, contribuindo para grandes avanços neste campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão proporcionou uma análise abrangente e meticulosa da produção científica brasileira relacionada ao autismo e à educação, revelando insights valiosos sobre o atual panorama desse campo de estudo. Os resultados evidenciam não apenas a quantidade crescente de pesquisas dedicadas ao tema ao longo dos anos, mas também uma evolução qualitativa significativa, refletindo o interesse crescente e o reconhecimento das necessidades específicas das pessoas no espectro do autismo. Além disso, a importância da educação inclusiva emerge como um tema central, destacando a necessidade premente de abordagens educacionais sensíveis e eficazes para indivíduos autistas. Ao fornecer uma visão detalhada e fundamentada da produção científica brasileira sobre o autismo e a educação, este estudo não apenas preenche uma lacuna importante na literatura acadêmica, mas também tem o potencial de informar políticas e práticas educacionais mais inclusivas e eficazes. Espera-se que os achados desta pesquisa catalisem ainda mais o desenvolvimento de estratégias de intervenção e apoio que promovam o bem-estar e o desenvolvimento pleno dos indivíduos autistas no contexto educacional brasileiro e, conseqüentemente, contribuam para uma sociedade mais inclusiva e justa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL (2001). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 2001a.

BRASIL. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 221, p. 12, 18 nov. 2011. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, Edição Extra, p. 5, 18 nov. 2011.

GRIBOSKI, Claudia Maffini et al. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. 2008.

MONTEIRO, Carlos Henrique Medeiros et al. Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente. **Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad**, v. 2, n. 3, p. 221-233, 2016.

SOUZA, Luciana Barbosa et al. Educação inclusiva e a meta 4 do PNE: a análise comparativa no município de Itaperuna-RJ. **CAMINHOS DA EDUCAÇÃO diálogos culturas e diversidades**, v. 5, n. 1, p. 01-13, 2023.